



Simulado Final

PM CE

Soldado – Pós-Edital

Simulado PM-CE

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PM-CE;
- 2 – A prova contém **80 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no conteúdo programático do edital.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PM-CE-30-10>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 23 – A B C D E | 45 – A B C D E | 067 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 24 – A B C D E | 46 – A B C D E | 068 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 25 – A B C D E | 47 – A B C D E | 069 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 26 – A B C D E | 48 – A B C D E | 070 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 27 – A B C D E | 49 – A B C D E | 071 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 28 – A B C D E | 50 – A B C D E | 072 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 29 – A B C D E | 51 – A B C D E | 073 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 30 – A B C D E | 52 – A B C D E | 074 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 31 – A B C D E | 53 – A B C D E | 075 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 32 – A B C D E | 54 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 33 – A B C D E | 55 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 34 – A B C D E | 56 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 35 – A B C D E | 57 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 36 – A B C D E | 58 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 37 – A B C D E | 59 – A B C D E | |
| 16 – A B C D E | 38 – A B C D E | 60 – A B C D E | |
| 17 – A B C D E | 39 – A B C D E | 61 – A B C D E | |
| 18 – A B C D E | 40 – A B C D E | 62 – A B C D E | |
| 19 – A B C D E | 41 – A B C D E | 63 – A B C D E | |
| 20 – A B C D E | 42 – A B C D E | 64 – A B C D E | |
| 21 – A B C D E | 43 – A B C D E | 65 – A B C D E | |
| 22 – A B C D E | 44 – A B C D E | 66 – A B C D E | |

PORTUGUÊS / INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Janaina Arruda / Lucina

TEXTO 1

Nos últimos meses, ativistas que se manifestam nas redes sociais têm publicado mensagens atribuindo a criação da PM à ditadura militar (1964-1984). Na verdade, o que os militares fizeram foi reestruturar a corporação, no que diz respeito à administração, ao treinamento, à tecnologia e à identidade ideológica.

As polícias militares, entretanto, têm origem no século 19, com a chegada de D. João VI, em 1808. Na época, a chamada Guarda Real de Polícia de Lisboa permaneceu em Portugal. Assim, um ano após a chegada da corte lusitana, foi criado um corpo equivalente no Rio de Janeiro, batizado de Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, que adotava o mesmo modelo de organização da guarda portuguesa, usava os mesmos trajes e armas e já tinha estrutura militarizada, com companhias de infantaria e de cavalaria.

O estabelecimento de uma força militar permanente na capital deu-se em função do crescimento populacional do Rio de Janeiro e da necessidade de garantir a segurança da nobreza recém-chegada de Portugal. Todavia, no início do século 19, as cidades do interior também registravam aumento populacional considerável, evidenciando a necessidade de manutenção da ordem pública. Com isso, foram sendo criados corpos policiais nas províncias. Minas Gerais foi a primeira (1811), seguida por Pará (1820), Bahia e Pernambuco (ambas em 1825). Pela formação e estrutura, esses corpos policiais são os que mais se aproximam das atuais polícias militares estaduais.

Após a proclamação da República, em 1889, foi acrescentada a designação "Militar" àquelas corporações, que passaram a ser conhecidas como Corpos Militares de Polícia. Em 1891, a partir da promulgação da Constituição republicana, os estados (antigas províncias) passaram a gozar de mais autonomia e puderam organizar melhor seus efetivos, adotando até denominações diversas, como Batalhão de Polícia, Regimento de Segurança e Brigada Militar. A denominação "Polícia Militar" só foi padronizada mesmo em 1946, com a Constituição após o Estado Novo. Todas as unidades federadas adotaram o termo, com exceção do Rio Grande do Sul, que até hoje mantém o nome Brigada Militar em sua força policial.

Durante o regime militar (1964-1985), a polícia brasileira sofreu mais mudanças. A PM passou a ser guiada por uma classificação hierárquica única; foram extintas as guardas civis e organizações similares existentes em algumas cidades; e, em 1967, foi criada a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), subordinada ao Exército.

Sob intervenção, as polícias militares estaduais passaram a ser comandadas por oficiais do Exército e

serviram de instrumento para combate aos opositores do regime.

Hoje, conforme previsão constitucional, os policiais militares encontram-se subordinados ao governador, que é a mais alta autoridade administrativa na área de segurança pública estadual. O § 6º do artigo 144 da Constituição também informa que as PMs são forças auxiliares e reservas do Exército, que pode, portanto, requisitar policiais, em caso de estado de emergência ou de sítio, para exercer atividades diversas da área de segurança pública.

(SENADO FEDERAL. Polícias militares têm origem no século 19. **Redação do Senado Federal**, 26 nov. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/25/policias-militares-tem-origem-no-seculo-19>. Acesso em: 24 maio 2021. Adaptado).

01. De acordo com o texto 1, o motivo que levou a criação da polícia militar foi

- a) o aumento da população das províncias durante o século 19.
- b) a instauração da ditadura militar.
- c) a chegada de D. João VI ao Brasil.
- d) a militarização das antigas províncias (hoje estados) no interior do país.
- e) a instauração de estados de emergência nacional.

02. No trecho "*que pode, portanto, requisitar policiais, em caso de estado de emergência ou de sítio*" (7º§) o sujeito do verbo em destaque é

- a) PMs.
- b) Constituição.
- c) forças auxiliares.
- d) artigo 144.
- e) Exército.

03. O termo "que" em "que se manifestam nas redes sociais têm publicado mensagens atribuindo a criação da PM à ditadura militar" (1º§) pode ser classificado como

- a) conjunção integrante que inicia oração adjetiva restritiva.
- b) pronome relativo que se refere a ativistas.
- c) partícula de realce sem função sintática
- d) complemento nominal do termo "manifestam".
- e) conjunção aditiva que estabelece relação entre duas orações coordenadas.

04. No trecho "*Todavia, no início do século 19, as cidades do interior também registravam aumento populacional*" (3º§) as vírgulas foram utilizadas para

- a) separar uma oração explicativa.
- b) isolar um adjunto adverbial deslocado.
- c) indicar um aposto.
- d) separar elementos de uma enumeração.
- e) quebrar a sequência da argumentação textual.

05. A expressão "*àquelas corporações*" (4º§) se refere

- a) aos corpos policiais nas províncias.
- b) às províncias.
- c) às cidades do interior.
- d) à guarda nacional.
- e) à Polícia Militar.

06. No trecho "*que até hoje mantém o nome Brigada Militar em sua força policial*" (4º§) o verbo em destaque

- a) foi escrito de forma correta no singular e concorda com o sujeito "Rio Grande do Sul".
- b) foi escrito de forma incorreta, pois sua forma plural deve concordar com "unidades federadas".
- c) foi escrito de forma correta no singular e concorda com "Polícia Militar".
- d) foi escrito de forma incorreta, pois sua forma plural deve concordar com "Regimento de Segurança e Brigada Militar".

e) foi escrito de forma correta, pois apresenta acentuação facultativa que pode concordar tanto com sujeito plural como singular.

TEXTO 2

Tocando a vida juntos

Nunca fomos tantos e jamais tão sós. Talvez por isso, e não somente pelo prazer que nos proporciona, o sexo é uma obsessão contemporânea, pois trata-se de experiência obrigatoriamente partilhada. Quanto aos vínculos menos carnavais, as redes sociais, tentativa virtual de recuperar o perdido sentimento de viver em comunidade, também são sintomas disso. Elas produzem uma comunicação frenética e igualmente pobre. O verdadeiro convívio, esse dom tão esquecido, necessário para levar uma tarefa adiante, é como o dos músicos: obriga a escutar as peculiaridades de cada um e as diferenças para afinar o tom com os outros.

Na recomposição do nosso fragilizado tecido social, avariado pelo egoísmo, pela desigualdade e pela violência, sugere-se que sejamos empáticos. Isso é falso, podemos deixar que os outros nos envolvam e nos inquietem, mas nunca compreenderemos perfeitamente o que eles sentem ou pensam. Já a atitude empática passaria mais por "estou atento a você".

Essa escuta curiosa, que nos contamina com os questionamentos e inseguranças que vêm dos outros, é velha conhecida dos psicanalistas. Ao contrário do que se pensa, de que esses profissionais da escuta sempre sabem o que está por trás do que dizem os pacientes, a verdade é que ignoram do que se trata e que rumo vai tomar. Somente graças a essa humildade é possível buscar novas saídas para

velhos impasses, descobrindo conjuntamente alternativas às soluções meio tortas e dolorosas que cada um foi improvisando sozinho.

Curiosamente, gostamos de ver um grupo trabalhando afinado e aproveitando os diferentes estilos de cada um, sabemos o valor da tarefa partilhada que nos torna criativos e eficientes, mas desenvolvemos uma perigosa urticária a tudo aquilo que é útil e construtivo. A rica e desafiante colaboração entre aqueles que são diferentes serve para criar e descobrir, para a arte e para a ciência. A *vida é a arte do encontro*, cantava Vinicius, e a possibilidade de fazer algo juntos.

(CORSO, D. Tocando a vida juntos. **Fronteiras do pensamento**, Porto Alegre, 25 abr. 2015, p. 3. Disponível em: https://www.fronteiras.com/ativemanager/uploads/arquivos/produto_s_culturais/1e941078d3182c70bd109ca4cf742cd2.pdf. Acesso em: 03 out. 2021. Adaptado).

07. Pode-se afirmar que a principal característica do texto 1 é

- a) uma narrativa sobre os aspectos que envolvem a aventura humana de compartilhar sentimentos e experiências com a sociedade.
- b) uma carta para a nova geração que não deve basear suas relações na impessoalidade da internet.
- c) uma reportagem cujo objetivo é indicar as características da sociedade contemporânea, como a solidão e a falta do verdadeiro convívio.
- d) uma argumentação acerca dos malefícios causados pelas relações superficiais e pelo envolvimento nas redes sociais.
- e) uma descrição dos fatos sociais que envolvem a vida da maioria das pessoas atualmente, como a cooperação e a falta de perspectivas.

08. O título dado ao texto

- a) denuncia o princípio negativo da vida em coletividade.
- b) indica o valor e a necessidade de as pessoas realizarem atividades em conjunto.
- c) resume a história narrada no corpo do texto.
- d) afirma o valor da solidariedade humana na sociedade em que vivemos.
- e) está em desacordo com os pontos principais do texto no que diz respeito à solidão.

09. "[...] podemos deixar que os outros nos envolvam e nos inquietem, mas nunca compreenderemos perfeitamente o que eles sentem ou pensam." Nesse segmento do texto 2, o conector "mas" só NÃO pode ser substituído de forma semanticamente adequada por:

- a) todavia.
- b) contudo.
- c) porém.
- d) conquanto.
- e) entretanto.

10. O vocábulo "*experiência*" pode ser classificado quanto à acentuação de acordo com duas regras distintas. O mesmo acontece com a palavra:

- a) empática.
- b) possível.
- c) saídas.
- d) contrário.
- e) egoísmo.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

11. Em uma filial do Estratégia Concursos, 65% dos funcionários trabalham na edição, 23% trabalham no marketing e os 24 funcionários restantes trabalham no telemarketing.

A quantidade de funcionários que trabalham na edição é:

- a) 100
- b) 110
- c) 120
- d) 130
- e) 140

12. No Brasil, entendemos como final de semana o período da semana que compreende o sábado e o domingo. Em determinado ano, para que o mês de setembro, que é composto por 30 dias, tenha 5 finais de semana completos, o dia 7 de setembro deverá cair em

- a) um sábado.
- b) uma sexta-feira.
- c) uma quinta-feira.
- d) uma quarta-feira.
- e) uma segunda-feira

13. De uma pequeníssima amostra de 120 alunos do Estratégia Concursos, verificou-se que 60 farão prova para PM CE, 40, para PM PI e 40, para outros concursos. Verificou-se, também, que alguns farão concurso para PM CE e para a PM. Quantos alunos farão a prova para PM CE e para PM PI?

- a) 10
- b) 12
- c) 15
- d) 18
- e) 20

14. Em uma cidade, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três bancos; X, Y e Z. Os resultados mostraram que:

210 pessoas gostam do banco X.

210 pessoas gostam do banco Y.

250 pessoas gostam do banco Z.

20 pessoas gostam dos três bancos.

100 pessoas não gostam de nenhum dos três bancos.

60 pessoas gostam dos bancos X e Y.

70 pessoas gostam dos bancos X e Z

50 pessoas gostam dos bancos Y e Z.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

- a) 710
- b) 570
- c) 670
- d) 630
- e) 610

15. Em um torneio de jogo de DAMAS, há 40 mulheres e 27 homens inscritos. As mulheres só jogam entre si e os homens também só jogam entre si. Em cada partida, o(a.) perdedor(a.) é eliminado(a.) do torneio. Não há empates. Ao final do torneio, tem-se uma campeã e um campeão.

Não havendo desistências, o número total de partidas para que sejam definidos o campeão e a campeã é:

- a) 62;
- b) 65;

- c) 66;
- d) 68;
- e) 80.

16. Três pessoas A, B e C que pesam, respectivamente, 30 kg, 80 kg e 100 kg, querem atravessar um grande lago num bote cuja capacidade é de 120 kg. Cada travessia em qualquer sentido demora 17 minutos e o bote deve sempre ser conduzido por uma dessas três pessoas. O tempo mínimo, em minutos, necessário para que as três pessoas atravessem o lago é:

- a) 34
- b) 51
- c) 68
- d) 85
- e) 102

17. Um torneio de futebol passará a ser disputado anualmente por seis equipes. O troféu será de posse transitória, isto é, o campeão de um ano fica com o troféu até a próxima edição do torneio, quando o passa para o novo campeão. Uma equipe só ficará definitivamente com o troféu quando vencer quatro edições consecutivas do torneio ou sete edições no total, o que acontecer primeiro. Quando isso ocorrer, um novo troféu será confeccionado. Os números mínimo e máximo de edições que deverão ocorrer até que uma equipe fique com a posse definitiva do troféu valem, respectivamente,

- a) 4 e 43
- b) 6 e 36
- c) 6 e 42
- d) 4 e 7
- e) 4 e 37

18. Se Juliana chegar brava em casa, então Carlos foge para o quarto e Bruno não entra em casa. Uma afirmação que corresponde à negação da afirmação anterior é:

- a) Juliana não chega brava em casa e, Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa.
- b) Se Juliana não chega brava em casa, então Carlos não foge para o quarto e Bruno entra em casa.
- c) Juliana chega brava em casa e, Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa.
- d) Se Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa, então Juliana não chegou brava em casa.
- e) Se Carlos foge para o quarto e Bruno não entra em casa, então Juliana chegou brava em casa.

19. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira.
 - II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico.
 - III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.
 - IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.
- A partir dessas informações, é correto afirmar que
- a) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira.
 - b) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado.
 - c) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro.
 - d) Otávio é engenheiro e Paulo não é arquiteto.
 - e) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.

20. Se não é verdade que, no ano passado, em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, então, no ano passado,

- a) em nenhum domingo que não fez sol, Renata passeou de moto.
- b) em todos os domingos que não fez sol, Renata não passeou de moto.
- c) houve pelo menos um domingo em que não fez sol e Renata passeou de moto
- d) em todos os domingos fez sol e Renata passeou de moto.

- e) houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passeou de moto.

ATUALIDADES

Rodolfo Gracioli

21. O Marco Temporal, em discussão no Supremo Tribunal Federal, assim como o Projeto de Lei 490, de 2007, que recebeu 13 novos pontos (apensos) e foi arquivado e desarquivado três vezes, tratam:

- a) Equiparação do crime de homofobia e transfobia ao crime de racismo
- b) Redução da maioridade penal para crimes hediondos
- c) Retomada do voto impresso com argumento de evitar fraudes
- d) Demarcação de terras indígenas no Brasil, o que tende a alterar as regras em vigor
- e) Substituição do programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil e Alimenta Brasil

22. “O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, assinou nesta quinta-feira (17) a lei que transforma 19 de junho em feriado federal. A data, chamada de “Juneteenth”, tem ampla representatividade para o país comandado por Joe Biden”. Adaptado. (G1, junho de 2021).

A data refere-se:

- a) Data do nascimento de Martin Luther King, líder pacifista que atuou na defesa dos direitos civis da população negra.
- b) Data da morte de George Floyd, em 2020, quando teve início uma onda de protestos antirracistas, com destaque para o Black Lives Matter.
- c) Data do episódio do ônibus de Rosa Parks, quando a mesma se recusou a ceder lugar a um homem branco, em 1955, no Alabama.
- d) Data da emancipação dos últimos escravos do país, no ano de 1865, em Galveston, no Texas, cerca de dois anos e meio após anúncio de Abraham Lincoln.
- e) Data do ato articulado por Malcom X que resultou em ampla violência no Capitólio, em 1965, resultando em reflexos para a legislação segregacionista do país.

23. O Governo do Ceará sanciona, em agosto de 2021, duas importantes leis ligadas à área da ação social do Estado: a que institui a Política de Assistência Social do Ceará e a que atualiza a Política Estadual de Proteção:

- a) Criança e do Adolescente
- b) Pessoa idosa
- c) Mulher
- d) Indígenas
- e) Pessoa com deficiência

24. Em junho de 2021, o Brasil foi eleito para o Conselho de Segurança da ONU. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Brasil compõe o chamado G4, junto com Índia, Alemanha e Japão, países que defendem uma reforma no Conselho.
- b) O Brasil foi eleito para o biênio 2022/2023, ocupando uma vaga da América Latina e Caribe, após acordo com Honduras.
- c) O Brasil adquire o poder de representar a América Latina e Caribe, podendo usar o poder de veto em resoluções, assim como os demais países do Conselho.
- d) O Brasil integra o segmento de membros não permanentes (que totalizam 10 países, além dos 5 membros permanentes).
- e) O Brasil, junto com os demais países que integram o Conselho, terá o direito de voto nas discussões levantadas.

25. Nas Olimpíadas de Tóquio, quando os atletas russos subiam ao pódio depois de ganhar um ouro olímpico em Tóquio, eles ouviam um concerto para piano de Tchaikovsky, em vez do hino nacional da Rússia. Eles também não podiam agitar a bandeira do país ou competir em nome de sua nação. O fato se deu devido à punição após:

- a) Escândalo sexual envolvendo atletas treinadores da equipe de ginástica
- b) Casos de racismo envolvendo autoridades do esporte do país
- c) Aprovação de legislação que barrou a publicidade LGBTQIA+

d) Programa de doping que durou quatro anos, com aval do Estado

e) Não adequação aos protocolos de segurança da covid-19

HISTÓRIA DO CEARÁ

Sérgio Henrique

26. Leia atentamente o seguinte excerto:

“...Os holandeses então retornaram, em 1630, e atacaram Pernambuco, por ser a mais próspera capitania da colônia. A partir de Olinda e Recife, eles expandiram gradativamente seu domínio pelas terras do Nordeste”.

FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz; CAMPOS, Helena Guimarães. Estudos de História. 1 ed. São Paulo: FTD, 2010, p.255.

O trecho acima está relacionado ao fato histórico que corresponde

- a) ao início da ocupação do litoral cearense, na região da atual cidade de Fortaleza, liderada por Pero Coelho de Sousa que ergueu o Fortim de São Tiago na foz do rio Ceará.
- b) à fundação do forte de Scoonenborch, considerado o marco inicial do desenvolvimento da atual cidade de Fortaleza, às margens do riacho Pajeú, sob liderança de Matias Beck.
- c) à Chegada, no Ceará, de Martin Soares Moreno que recupera o Fortim de São Tiago, rebatizando-o de Fortim de São Sebastião.
- d) ao avanço das tropas de Daniel de La Touche que, vindas da colônia chamada França Equinocial, no Maranhão, dominaram o litoral do Ceará e fundaram o Forte de São Luis.
- e) A fundação do forte São Tiago por Matias Beck, às margens do rio Ceará.

27. A abolição da escravidão na província do Ceará, ocorrida oficialmente em 25 de março de 1884, 4 anos antes da abolição no império, teve como uma das suas razões

- a) a ação isolada de indivíduos ligados à ortodoxia da igreja católica e às igrejas pentecostais instaladas desde o Séc. XVII na província.
- b) a ação das sociedades libertadoras que atuaram em vários municípios da província nos anos anteriores à abolição.
- c) a grande industrialização na província do Ceará, que exigia outro tipo de mão de obra, a assalariada, e não mais a escrava.
- d) o aparecimento da cotonicultura no Ceará, que suprimiu a escravidão, devido à mecanização e ao trabalho assalariado.
- e) A revolta dos jangadeiros, que acelerou a abolição do tráfico de escravos através da lei Eusébio de Queiroz.

28. Atente ao seguinte excerto: “A produção do algodão para exportação ou indústrias da fiação e tecelagem de Fortaleza era o principal fator que fazia crescer o cofre dos capitalistas cristãos do Ceará. Vale lembrar que a principal expressão comercial da década de 1930 ligava-se intimamente ao algodão”.

RIOS, Kênia Souza. A cidade cercada: festa e isolamento na seca de 1932, in SOUZA, Simone (org). SECA. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

Considerando o excerto acima e os desdobramentos da atividade algodoeira no Ceará na década de 1930, analise os seguintes itens:

- I. o aparecimento de várias fábricas e lojas de tecidos, que diariamente ganhavam destaque nos jornais da cidade de Fortaleza, e sua multiplicação em grande número, pelo interior do estado do Ceará;
- II. o surgimento de uma mão de obra especializada, oriunda dos retirantes da seca, que passaram a vender sua força de trabalho a essa indústria;
- III. o fortalecimento do controle da indústria sobre os homens vindos do sertão, fugindo da seca, em busca de emprego, pelo fato de que o grande número de famintos aumentava a oferta de mão de obra barata.

Corresponde(m) a desdobramento(s) da atividade algodoeira no Ceará na década de 1930 somente

- a) os itens I e II.

- b) o item III.

- c) os itens I e III.

- d) o item II.

- e) os itens II e III.

29. Os “governos dos coronéis” no Ceará ocorreram durante o regime militar instalado após o golpe militar de 1964. Sobre este período da história cearense, é correto afirmar que

- a) todos os governantes cearenses do período entre 1964 e 1985, Virgílio Távora, Plácido Castelo, César Cals, Adauto Bezerra e Gonzaga Mota eram militares.

- b) eleito após o Acordo dos Coronéis, o governo Gonzaga Mota (1983-1987) rompeu com os coronéis, a partir da adesão do governador aos empresários da FIEC, entre os quais se destacava Tasso Jereissati.

- c) apenas no governo de Lúcio Alcântara (2003-2006) o governo dos coronéis chegou ao fim, pois este rompeu com o coronel Adauto Bezerra e formou sua própria corrente política.

- d) Não há correlação entre o governo dos coronéis e o militarismo que predominava nacionalmente entre os anos de 1964 e 1985: o título coronel era dado a todo chefe político que era latifundiário.

- e) Adauto Bezerra era o governador em 1964 e ficou famoso pela construção do açude Orós.

30. A década iniciada em 1980, marcou a política cearense com algumas alterações significativas na estrutura tradicional do poder político local. A esse respeito, atente aos seguintes itens e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso:

- () eleição de Tasso Jereissati, pelo PMDB, em 1986, a governador do Ceará, quebrando a hegemonia dos coronéis e seus representantes;
- () vitória de Maria Luiza Fontenele, pelo PT, nas eleições municipais de 1985, primeira mulher eleita prefeita de uma capital de estado no Brasil;
- () eleição de Marcos Cals, pela ARENA e depois PDS, como senador da república pelo Ceará com um mandato que durou de 1979 até 1985;
- () vitória de Gonzaga Mota, pelo PDT, em 1989, como candidato de consenso, após a assinatura do Acordo de Brasília por Virgílio Távora, Ciro Gomes e Adauto Bezerra.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V, V, F, F.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, F, V.
- d) F, F, V, V.
- e) V, V, V, F.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Vinícius Nascimento

31. No último ano, a taxa de crescimento do mercado de e-commerce (compra e venda de produtos pela internet) cresceu 40%. A participação relativa de mercado no e-commerce da unidade estratégica de negócio da empresa Coruja SA permaneceu muito elevada, com vendas duas vezes maiores do que as vendas do concorrente mais próximo. De acordo com a Matriz BCG, a referida unidade estratégica de negócio da empresa Coruja SA é classificada como

- a) vaca leiteira
- b) interrogação
- c) abacaxi
- d) estrela
- e) cachorro

32. A empresa Coruja SA realizou uma análise SWOT e identificou que 70% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado, carente de capacitação, bem como com equipamentos ultrapassados, que não mais acompanham as tendências e tecnologias do mercado. Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa SF identificou

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos.
- c) forças de outras organizações perante a empresa SF.
- d) uma situação atípica que deverá ser combatida com cautela.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável.

33. O gestor de um órgão público solicitou a dois servidores – João e José que cada um comprasse 06 pilhas e 10 lâmpadas para alguns equipamentos utilizados no órgão. O gestor informou que o valor limite para a compra de cada lote de 06 pilhas e 10 lâmpadas, conforme especificação fornecida, seria de R\$ 1.500,00. João comprou as lâmpadas por R\$ 1.390,00 e José por R\$ 1.500,00. Ambas as compras foram entregues em perfeitas condições, porém o lote adquirido pelo servidor José foi entregue um dia antes do prazo. Considerando a situação exposta, é correto afirmar que:

- a) ambos os servidores foram igualmente eficientes;
- b) apenas o servidor Alfa foi eficaz na aquisição;
- c) apenas o servidor Alfa foi eficiente na aquisição;
- d) o servidor Beta foi mais efetivo na aquisição;
- e) o conceito de eficácia foi atendido por ambos os servidores.

34. O tipo de departamentalização cuja característica principal consiste na especialização ocupacional, propiciando convergência das ações dos especialistas para a execução de determinada atividade é:

- a) operacional
- b) funcional
- c) por base territorial
- d) por clientela
- e) por produtos/serviços

35. A _____ inclui um conjunto-chave de habilidades e técnicas que possibilitam às pessoas compreender, formalizar e comunicar os principais componentes de processos de negócio.

- a) administração
- b) gestão de pessoas
- c) gestão estratégica
- d) visão
- e) modelagem de processos

36. A criação de entes pertencentes à administração indireta ocorre mediante criação por lei específica ou autorizadas em lei, com registro dos atos constitutivos em órgão competente. A descentralização, nesse caso, ocorre mediante

- a) desconcentração.
- b) território.
- c) outorga.
- d) delegação.
- e) avocação.

37. As autarquias especiais que são criadas por lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo, cujos diretores por ele são nomeados após aprovação, em regra, pelo Poder Legislativo e que realizam, entre outras, as funções de fiscalização de serviços públicos concedidos à iniciativa privada são chamadas de

- a) agências executivas
- b) fundações públicas
- c) fundações autárquicas
- d) agências reguladoras
- e) consórcios públicos

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Thállius Moraes

38. No que se refere à concentração e desconcentração, centralização e descentralização, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

I- A desconcentração administrativa é a distribuição de competências de uma pessoa jurídica para outra, ocorrendo uma ruptura do vínculo hierárquico.

II- A centralização compreende na execução de tarefas administrativas pelo próprio Estado, por meio de órgãos internos e agentes integrantes da administração pública direta.

III- A descentralização por serviços ocorre quando a Administração Pública, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, transfere a execução de um serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado, mas mantém a titularidade do serviço.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Os itens I e II estão corretos.
- d) Os itens I e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

39. Acerca da organização da Administração Pública, assinale a alternativa que corresponde ao aplicado no sistema jurídico nacional

- a) Todas as sociedades em que o Estado passe a possuir a participação acionária majoritária integrarão a Administração Indireta.
- b) As empresas públicas devem ser criadas sob a forma de sociedade anônima.
- c) É possível que o poder público crie uma empresa pública cujo objetivo seja a prestação de serviços públicos ou a exploração de atividades econômicas.
- d) Não é possível a celebração de contrato de gestão com entes da Administração Indireta.
- e) A instituição de uma fundação pública de direito público é feita por meio de autorização em lei ordinária específica, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação.

40. Acerca do regime jurídico aplicável a uma empresa pública estadual, que explore atividades econômicas, é correto afirmar que:

- a) possui personalidade jurídica de direito privado, sendo criada mediante lei.
- b) possui personalidade jurídica de direito público, adquirindo personalidade jurídica com a vigência da lei instituidora.
- c) possui personalidade jurídica de direito privado, adquirindo personalidade jurídica com a vigência da lei instituidora.
- d) tem a sua criação autorizada por lei específica, respondendo subjetivamente pelos danos causados pelos seus agentes.
- e) tem a sua criação autorizada por lei específica, sendo isenta de controle pelo ente instituidor.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

41. Fernando é proprietário e reside em uma grande fazenda localizada na zona rural do Estado Ômega. Lá, cultiva cacau de excelente qualidade – e com grande produtividade – para fins de exportação. A polícia recebeu denúncia que na Fazenda há exploração de mão de obra escrava, após devida investigação, a polícia, munida com um mandado judicial, ingressou na propriedade para efetuar a prisão de Fernando. Diante da situação narrada, julgue os itens de acordo com os preceitos constitucionais.

- a) A polícia poderá ingressar na propriedade a qualquer hora do dia ou da noite para cumprir a ordem judicial, porque a propriedade rural não está protegida pela inviolabilidade domiciliar.
- b) A identidade dos policiais responsáveis pela prisão deve ser preservada, para garantir qualquer tipo de retaliação.
- c) A prisão de Fernando e o local onde se encontra, devem ser comunicado em no máximo 24 horas ao juiz competente.
- d) a propriedade poderá ser objeto de desapropriação confisco, não havendo direito de indenização para Fernando.

e) Fernando será informado de seus direitos, mas não poderá permanecer calado, pois essa garantia não se aplica na hipótese de trabalho escravo.

42. Fabiana, militante estudantil de 19 anos de idade, revoltada com as questões sociais de sua comunidade, decidiu se candidatar a vereadora do seu município, para assim galgar os interesses que julga pertinentes. Verificou na CF quais são os requisitos de elegibilidade para o cargo pretendido, observou que não é requisito de elegibilidade no seu caso:

- a) o pleno exercício dos direitos políticos.
- b) a nacionalidade originária brasileira;
- c) o domicílio eleitoral no município;
- d) a idade mínima de dezoito anos.
- e) a filiação partidária;

43. O Estado do Ceará tem competência para legislar concorrentemente sobre:

- a) organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis, direito financeiro e procedimentos em matéria processual;
- b) autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;
- c) requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
- d) normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares;
- e) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

44. Compete privativamente ao Presidente da República:

- a) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- b) nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e o Advogado-Geral da União.
- c) nomear, sem a necessidade de participação do Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.
- d) nomear e exonerar, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros de Estado.
- e) extinguir, mediante decreto, órgão público.

45. Conforme dispõe a Constituição da República, é correto afirmar que:

- a) os senadores, desde a expedição do diploma, não poderão ser presos, salvo nos casos de crimes inafiançáveis e em razão dos crimes afiançáveis praticados contra a administração pública.
- b) os deputados somente podem ser presos após autorização da maioria dos membros que compõe a câmara dos deputados.
- c) os deputados e senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto da maioria absoluta dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- e) o vereador não pode ser preso, conforme previsão expressa na Constituição Federal, salvo em flagrante delito por crime inafiançável.

46. Relativamente às vedações e garantias dos juízes, assinale a afirmativa incorreta:

- a) Os juízes gozam da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma da Constituição.
- b) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
- c) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- d) Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade. A vitaliciedade no primeiro grau só será adquirida após dois anos de exercício.
- e) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

47. Nos termos do art. 129 da Constituição da República Federativa do Brasil, é função do Ministério Público

- a) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- b) promover, privativamente, a Ação Civil Pública;
- c) exercer o controle interno da atividade policial;
- d) a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- e) defender judicialmente os direitos e interesses das populações quilombolas;

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

48. Sobre a Política Nacional de Direitos Humanos do Brasil, é INCORRETO afirmar:

- a) O PNDH-3 prevê entre suas diretrizes, a promoção de sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa de direitos.
- b) A elaboração dos Programas Nacionais de Direitos Humanos decorreu de recomendação feita na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena (1993).
- c) O PNDH-1 foi elaborado no governo de Fernando Henrique Cardoso e o PNDH-3 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.
- d) O PNDH-3 carece de diretriz a respeito da profissionalização da investigação de atos criminosos.
- e) É diretriz do PNDH-3 Reconhecimento da educação formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos;

49. A respeito dos marcos históricos, julgue as assertivas:

- I- Os direitos humanos estão dispostos em um rol taxativo, que foi internalizado pelo ordenamento jurídico brasileiro com a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- II- A *The Bill of Rights*, de 1689 foi editada com a intenção de assegurar a Supremacia do Parlamento sobre a vontade do Rei, controlando e reduzindo os abusos cometidos pela nobreza em relação aos seus súditos.
- III- O fim da segunda guerra mundial marca a Internacionalização dos Direitos Humanos.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I
- d) II
- e) III

50. Sobre os princípios, características, terminologia e proteção dos direitos humanos na Constituição, julgue:

- I- Dentre as características dos direitos humanos encontram-se a historicidade e a vedação de retrocesso, significando que os direitos humanos resultam de um processo histórico, de lutas sociais contra violações de direitos, não podendo ser suprimidos, pois estaríamos retrocedendo eliminando direitos e garantias conquistados ao longo da história.
- II- Os direitos humanos são voltados para questões estritamente políticas e de liberdades individuais, não tutelando direitos que se relacionem com a esfera econômica ou cultural.
- III- O fundamento jusnaturalista se baseia na ideia que os direitos humanos são extraídos da razão humana, após reflexão lógica e laica.
- IV- A República Federativa do Brasil celebrou tratado internacional sobre Direitos Humanos. Quanto a incorporação desse tratado à ordem jurídica interna, será equivalente a emenda constitucional, se aprovado em cada Casa do Congresso em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros.

Estão corretos os itens

- a) I e III
- b) I, II e III
- c) I e IV
- d) II e IV
- e) I, II e IV

51. No que tange à responsabilização internacional do Estado por violação de obrigações assumidas no âmbito internacional e conceituações no que tange direitos humanos, Julgue os itens:

I- prevalece que a responsabilidade é subjetiva, ou seja prescinde de dolo ou culpa para que o Estado seja responsabilizado.

II-Conceitualmente, os direitos humanos são os direitos protegidos pela ordem internacional contra as violações e arbitrariedades que um Estado possa cometer às pessoas sujeitas à sua jurisdição. Por sua vez, os direitos fundamentais são afetos à proteção interna dos direitos dos cidadãos, os quais encontram-se positivados nos textos constitucionais contemporâneos.

III-Não há que se falar em responsabilização internacional, na medida em que não existe um órgão internacional de execução de sentenças condenatórias das cortes internacionais.

IV- São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras a psicológica, física e patrimonial.

Estão corretas

- a) I e II
- b) II e IV
- c) I, II e III
- d) I, II e IV
- e) IV

52. Sobre conceitos, julgue as assertivas

I- Constitui crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

II-A desigualdade racial é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

III-As barreiras urbanísticas são as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo, como praças e ruas.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) I
- d) II
- e) III

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR / PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

53. Quanto ao direito penal militar, marque a alternativa incorreta

- a) Diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal;
- b) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- d) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois quartos, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.
- e) Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime, nenhuma pena é aplicável.

54. Quanto ao direito penal militar, marque a alternativa correta

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.
- c) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, não se aplica retroativamente.
- d) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.
- e) A pena cumprida no estrangeiro é computada na pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é atenuada, quando idênticas.

55. Não há crime quando o agente pratica o fato, exceto:

- a) Quando o agente age com o ímpeto de praticar o crime
- b) em estado de necessidade;
- c) em legítima defesa;
- d) em estrito cumprimento do dever legal;
- e) exercício regular de direito.

56. Quanto ao concurso de agentes de acordo com o Código Penal Militar é correto afirmar:

- a) A pena é atenuada com relação ao agente, cuja participação no crime é de somenos importância.
- b) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição em contrário, não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser preparado.
- c) Se comunicam, outrossim, as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, mesmo que não sejam elementares do crime.
- d) A punibilidade de qualquer dos concorrentes é dependente da dos outros.
- e) O Código Penal Militar adotou a teoria pluralista no concurso de agentes

57. De acordo com o Código Penal Militar são qualificadoras no homicídio se este é cometido, exceto:

- a) Com emprego de veneno, asfixia, tortura, fogo, explosivo, ou qualquer outro meio dissimulado ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.
- b) à traição, de emboscada, com surpresa ou mediante outro recurso insidioso, que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima.
- c) Para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.
- d) Prevalecendo-se o agente da situação de serviço:
- e) A premeditação

58. ANALISE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO E ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA.

- a) O civil somente responderá por crime militar de furto nas hipóteses do inciso III, do art. 9º do CPM.
- b) No Direito Penal Militar não tem a previsão do furto de uso.
- c) O furto de uso de animal de tiro implica em uma causa de especial aumento de pena.
- d) No crime militar de roubo simples, o emprego de violência contra pessoa pode ser concomitantemente com a subtração da coisa ou logo após a subtração da coisa.
- e) Se o furto é praticado com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa será qualificado.

59. À luz do CPM, assinale a opção correta a respeito do crime de furto.

- a) Não constitui crime militar a subtração de coisa alheia móvel para fim de uso momentâneo, desde que seja imediatamente restituída ou reposta no lugar onde se achava.
- b) O CPM não admite a figura do furto qualificado-privilegiado.
- c) Tratando-se do crime de furto, se o agente for primário e for de pequeno valor a coisa furtada, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou considerar a infração como disciplinar. Para esse fim, entende-se como pequeno o valor que não exceda a quantia mensal correspondente ao mais alto salário mínimo do país.
- d) Ao contrário do CP, o CPM prevê o furto qualificado pelo repouso noturno.
- e) Se o furto é praticado com emprego de chave falsa será majorado

60. Sobre os crimes contra a Administração Militar, assinale a alternativa correta.

- a) Desacatar superior, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, ou procurando deprimir-lhe a autoridade, o agente responderá pelo crime de desacato
- b) Desacatar militar no exercício de função de natureza militar ou em razão dela, o agente responderá pelo crime de desacato a superior
- c) Desobedecer a ordem legal de autoridade militar configura o crime de desobediência.
- d) Desacatar assemelhado ou funcionário civil no exercício de função ou em razão dela, em qualquer lugar, será responsabilizado pelo crime de desacato a funcionário.
- e) Penetrar em fortaleza, quartel, estabelecimento militar, navio, aeronave, hangar ou em outro lugar sujeito à administração militar, por onde seja defeso ou não haja passagem regular, ou iludindo a vigilância da sentinela ou de vigia, configura o crime chamado de invasão de domicílio.

61. ANALISE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.

- a) Aquele que der causa a instauração de um Conselho de Justificação (investigação administrativa) contra alguém, imputando-lhe o cometimento de falta administrativa de que o sabe inocente, comete o crime militar de denúncia caluniosa (CPM, art. 346).
- b) A comunicação falsa de crime (CPM, art. 344), cuja pena é de detenção, até 1 ano de detenção
- c) No crime de falso testemunho ou falsa perícia, a retratação do agente é condição resolutiva da punibilidade.
- d) No crime de favorecimento pessoal (CPM, art. 350), se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, tutor ou curador do criminoso, fica isento de pena.
- e) Prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime, configura o crime de favorecimento pessoal.

62. Sobre os crimes contra a Administração Militar, o enunciado:

Deixar de responsabilizar subordinado que comete infração no exercício do cargo, ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, corresponde o crime de:

- a) prevaricação
- b) Não inclusão de nome em lista
- c) Condescendência criminosa
- d) Inobservância de lei, regulamento ou instrução.
- e) Violação do dever funcional com o fim de lucro.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Ivo Matins

63. No tocante à aplicação da lei penal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- a) Lei penal extrativa é aquela que produz efeitos fora de seu período de vigência, podendo ser ultrativa ou retroativa.
- b) A *abolitio criminis* é causa de extinção da punibilidade.
- c) A *novatio legis in melius* é retroativa, salvo quando já houve o trânsito em julgado da decisão condenatória respectiva.
- d) Em se tratado de crime permanente, aplica-se a lei vigente no momento em que cessou a permanência, ainda que se trate de lei penal mais gravosa.
- e) No caso de *abolitio criminis*, cessam os efeitos penais do fato praticado, persistindo os civis.

64. Um fato criminoso praticado no interior de uma embarcação privada brasileira que esteja em alto-mar, fora das águas territoriais de qualquer país, está sujeito à aplicação da seguinte lei penal:

- a) brasileira.
- b) do país de onde a embarcação tiver partido.
- c) do país para onde a embarcação estiver se dirigindo.
- d) do país mais próximo de onde estiver a embarcação.
- e) do país em que primeiro aportar a embarcação.

65. Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que

- a) consiste em procedimento de natureza inquisitorial, que se destina à busca de elementos que indiquem a existência da infração penal e de indícios de autoria;
- b) está regido pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, devendo a autoridade policial sempre deferir as diligências requeridas pelo advogado do indiciado;
- c) pode a autoridade policial promover seu arquivamento, tão logo entenda desnecessária a investigação;
- d) cabe recurso para o Chefe do Ministério Público do despacho que indeferir sua abertura;
- e) deve sempre acompanhar a denúncia ou a queixa, com o que se revela sua indispensabilidade para a deflagração da ação penal.

66. Guilherme Nucci define ação penal como “o direito do Estado- acusação ou da vítima de ingressar em juízo, solicitando a prestação jurisdicional, representada pela aplicação das normas de direito penal ao caso concreto”. Tradicionalmente, a doutrina classifica as ações penais como públicas e privadas, que possuem diferentes tratamentos a partir de sua natureza. Assim, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal e da doutrina, são aplicáveis às ações penais de natureza privada os princípios da:

- a) conveniência, indisponibilidade e indivisibilidade;
- b) conveniência, indisponibilidade e indivisibilidade;
- c) oportunidade, disponibilidade e indivisibilidade;
- d) oportunidade, disponibilidade e divisibilidade;
- e) obrigatoriedade, disponibilidade e divisibilidade.

67. Ao avistar policiais caminhando em sua direção, Alberto começou a correr no sentido oposto. Suspeitando da atitude de Alberto, os policiais iniciaram perseguição e acabaram por capturá-lo, encontrando com ele um aparelho celular, que o agente confessou haver furtado de um transeunte momentos atrás. A vítima chegou ao local e reconheceu Alberto como autor do fato praticado vinte minutos antes. Considerando os fatos narrados, Alberto:

- a) poderá ser preso em flagrante, desde que tenha havido prévia representação da vítima à autoridade policial, tendo direito a ser informado sobre o nome dos responsáveis por sua prisão;
- b) deverá ser preso pelos policiais ou poderá ser preso em flagrante por qualquer um do povo, sendo encaminhado à autoridade policial para lavratura do auto de prisão em flagrante;
- c) poderá ser preso, sendo desnecessária a apresentação de nota de culpa com o motivo da prisão diante da situação de flagrante;
- d) poderá ser preso, sendo desnecessária a comunicação aos seus familiares ou pessoa por ele indicada, por estar em flagrante delito;
- e) não poderá ser preso em flagrante, pois não estava cometendo o crime nem havia acabado de cometê-lo.

68. A Lei nº 7.960/89 traz uma medida cautelar pessoal de natureza constritiva conhecida como prisão temporária. Sobre tal medida, é correto afirmar que:

- a) poderá ser decretada de ofício pelo magistrado;
- b) ainda que decorrido o prazo da prisão fixado pelo magistrado, a soltura do preso depende da expedição de alvará neste sentido;
- c) sendo o crime investigado hediondo, poderá ter seu prazo fixado em até 30 dias.
- d) em regra, terá prazo de 05 dias, improrrogável;
- e) poderá ser decretada caso esteja sendo investigada a prática de homicídio doloso qualificado, mas não de homicídio doloso simples.

NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

Alexandre Herculano

69. Assinale a alternativa correta quanto aos fatores condicionantes e desencadeantes da criminalidade.

- a) A distribuição de renda adequada, a mão de obra qualificada e um sistema de ensino de qualidade favorecem a criminalidade.
- b) O desrespeito entre as pessoas quanto a raça, cor, sexo e etnia não são fatores relevantes que propiciam a criminalidade na sociedade.
- c) O crescimento populacional ordenado ou planejado, a presença do poder público em todas as áreas sociais e a educação de qualidade são fatores desencadeantes da criminalidade.
- d) As condições desfavoráveis de habitação e moradia propiciam a promiscuidade, o desaparecimento de valores, o desrespeito ao próximo e a baixa auto-estima, portanto, não são fatores desencadeantes da criminalidade.
- e) A migração pode causar dificuldades de adaptação em face das diferenças culturais, hábitos e valores, bem como um excedente de mão de obra, propiciando uma alta taxa de desemprego, o que influencia na criminalidade.

70. No âmbito penal são conhecidas duas espécies de criminalidade organizada, com reflexos evidentes para os estudos criminológicos:

- a) a do tipo secreta e a do tipo ostensiva.
- b) a do tipo mafiosa e a do tipo empresarial.
- c) a do tipo organizacional e a do tipo secreta.
- d) a do tipo mafiosa e a do tipo ostensiva.
- e) a do tipo mafiosa e a do tipo organizacional.

71. A criminologia é conceituada como uma ciência

- a) jurídica (baseada nos estudos dos crimes e nas leis) e monodisciplinar.
- b) empírica (baseada na observação e na experiência) e interdisciplinar.
- c) social (baseada somente nos estudos do comportamento social do criminoso) e unidisciplinar.
- d) exata (baseada nas estatísticas da criminalidade) e multidisciplinar.
- e) humana (baseada na observação do criminoso e da vítima e unidisciplinar).

72. Marque a alternativa CORRETA, no que diz respeito à classificação do criminoso, segundo Lombroso:

- a) Criminoso louco: é o tipo de criminoso que tem instinto para a prática de delitos, é uma espécie de selvagem para a sociedade.
- b) Criminoso nato: é aquele tipo de criminoso malvado, perverso, que deve sobreviver em manicômios.
- c) Criminoso por paixão: aquele que utiliza de violência para resolver problemas passionais, geralmente é nervoso, irritado e leviano.
- d) Criminoso por paixão: este aponta uma tendência hereditária, possui hábitos criminosos influenciados pela ocasião.
- e) Criminoso louco: é o criminoso sórdido com deficiência do senso moral e com hábitos criminosos influenciados pela situação.

73. É correto afirmar que a Criminologia contemporânea tem por objetos

- a) o delito, o delinquente, a vítima e o controle social.
- b) a tipificação do delito e a cominação da pena.
- c) apenas o delito, o delinquente e o controle social.
- d) apenas o delito e o delinquente.
- e) apenas a vítima e o controle social.

74. A instalação, na cidade de São Paulo, de câmeras de videomonitoramento que possuem a funcionalidade de leitura de placas de veículos e cruzamento com banco de dados criminais, com o objetivo de identificar veículos utilizados ou que foram objeto da prática de crimes pode ser definida, no âmbito do conceito de Estado Democrático de Direito e dos modernos conceitos de prevenção criminal do crime, como uma medida prioritariamente de prevenção

- a) secundária.
- b) básica.
- c) quaternária.
- d) terciária.
- e) primária.

SEGURANÇA PÚBLICA

Alexandre Herculano

75. O artigo 144 da CRFB/1988, ao tratar da ordem pública, estabelece sua preservação como um dos deveres da Polícia Rodoviária Federal. Assim, é INCORRETO afirmar que:

- a) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- b) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, incumbe, somente, a execução de atividades de defesa civil.
- c) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- d) A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.
- e) A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos

respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira.

76. A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a, EXCETO:

- a) apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
- b) prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- c) exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- d) exercer as funções de combate ao crime organizado dentro e fora dos Estados.
- e) exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

77. Com base na Lei 13.675/2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), marque a opção INCORRETA.

- a) O Susp será coordenado pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública.
- b) O compartilhamento de informações, pelo Susp, será feito preferencialmente por meio eletrônico, com acesso recíproco aos bancos de dados, nos termos estabelecidos pelo Ministério da Defesa.
- c) O intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos para qualificação dos profissionais de segurança pública e defesa social dar-se-á, entre outras formas, pela reciprocidade na abertura de vagas nos cursos de especialização, aperfeiçoamento e estudos estratégicos, respeitadas as peculiaridades e o regime jurídico de cada instituição, e observada, sempre que possível, a matriz curricular nacional.
- d) As operações combinadas, planejadas e desencadeadas em equipe poderão ser ostensivas, investigativas, de inteligência ou mistas, e contar com a participação de órgãos integrantes do Susp e, nos limites de suas competências, com o Sisbin e outros órgãos dos sistemas federal, estadual, distrital ou

municipal, não necessariamente vinculados diretamente aos órgãos de segurança pública e defesa

social, especialmente quando se tratar de enfrentamento a organizações criminosas.

e) Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas é órgão integrante operacional do Susp.

78. Quanto à composição do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a Lei nº13.675/2018 dispõe que a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil é:

- a) é integrante estratégico do SUSP.
- b) é integrante operacionais do SUSP.
- c) não faz parte do SUSP.
- d) pode fazer parte do SUSP.
- e) somente faz parte do SUSP.

79. São focos prioritários dos programas, projetos e ações que compõem o Pronasci, EXCETO.

- a) foco social: jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência
- b) foco territorial: regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos
- c) foco repressivo: combate ao crime organizado
- d) foco preventivo: ressocialização da população carcerária.
- e) foco etário: população juvenil de 15 a 24 anos

80. De acordo com a Lei 11.530/07 (Pronasci) marque a opção INCORRETA.

- a) O trabalho desenvolvido pelo Reservista-Cidadão, que terá duração de 6 meses, tem como foco a articulação com jovens e adolescentes para sua inclusão e participação em ações de promoção da cidadania.
- b) O projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável - Protejo é destinado à formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou em situações de moradores de rua, nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci.
- c) O projeto Mulheres da Paz é destinado à capacitação de mulheres socialmente atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci.
- d) O projeto Reservista-Cidadão é destinado à capacitação de jovens recém-licenciados do serviço militar obrigatório, para atuar como agentes comunitários nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci.
- e) A gestão do Pronasci será exercida pelos Ministérios, pelos órgãos e demais entidades federais nele envolvidos, bem como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios participantes, sob a coordenação do Ministério da Justiça.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PM-CE-30-10>

5 **NÃO É ASSINANTE?**

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>